

## A preocupação do movimento operário com a educação

Marly de Almeida Gomes Vianna\*

Para abordar o tema “Educação e movimentos sociais”, começo por dizer o que estou entendendo por educação e por movimentos sociais. Em relação à educação, considero aqui a educação formal, com seus conteúdos variáveis segundo os diversos graus, deixando de lado, num primeiro momento, a educação global, quer dizer, a que abrange não só conteúdos formais na transmissão do conhecimento como também aspectos sociais, políticos, ideológicos e culturais. Isso porque, em relação à educação, com exceção dos anarquistas, os diversos movimentos sociais pediam quase sempre a ampliação do número de escolas, da população a ser atendida por elas e, principalmente, a gratuidade do ensino e sua obrigatoriedade. Essas reivindicações, levantadas pelo movimento operário em seus programas, são retomadas hoje em muitas propostas de reforma do ensino.<sup>1</sup>

Sobre o conceito de movimento social, vou considerá-lo, para essa exposição, como um grupo, mais ou menos amplo, que se organiza para reivindicar a efetivação de seus interesses. A movimentação pode se expressar através de explosões de violência, que surgem, atuam e desaparecem com a repressão, ou pode constituir-se em organizações permanentes, que, mesmo que promovam explosões sociais – de greves a insurreições – e sejam derrotadas, têm base social que as tornam permanentes, como os movimentos operários e do campo.

Nesse sentido, vou propor uma classificação de tipos de movimento social mais simplificada, considerando:

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Professora aposentada da UFSCar e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

- ♦ explosões de violência;
- ♦ movimentos permanentes; e
- ♦ os chamados novos movimentos sociais.

Cardoso e Brignoli (1986), consideram movimentos sociais os movimentos de massas conhecidos por meio de explosões de violência: camponeses, operários, escravos, índios, bandoleiros sociais. Na maioria destes casos, as fontes são precárias, e os conhecemos por suas ações e, principalmente, por registros policiais.

Ao falar desses movimentos, penso na seqüência de rebeliões e revoltas ocorridas na história do Brasil, cujas motivações, composição social, alvos, objetivos e, principalmente, o contexto histórico em que ocorreram não os levaram sequer à elaboração de um programa. Tinham por base interesses econômicos e/ou políticos de grupos dominantes, que arregimentavam geralmente camadas subalternas, mobilizadas pela miséria e pela injustiça a que estavam submetidas; ou foram movimentos nativistas e pela independência, ou, ainda, ocorreram tendo por base interesses antagônicos de grupos dominantes. Cabe notar, também, os movimentos que se destacaram por explosões de violência no campo, seja pelo viés dos movimentos messiânicos, seja pelo banditismo, em que o cangaço é o exemplo mais expressivo.

Ao examinar esses movimentos, não vamos encontrar maior – ou nenhuma – preocupação com a educação, pelo próprio caráter dos movimentos, pela falta de programa e pelo ambiente histórico em que ocorreram. Não tendo espaço para discutir cada um deles, vou apenas citar algumas dessas explosões de violência, como exemplos de diversos tipos de movimento, para verificarmos que a preocupação com educação estava longe de seus horizontes.

Os movimentos nativistas, ocorridos nos séculos XVII e XVIII<sup>2</sup>, por sua própria natureza, não tinham qualquer preocupação com transformações sociais que não fossem a diminuição do poder dos representantes monopolistas da metrópole. Seu caráter era regional, buscando resolver os conflitos entre os senhores de terra e engenhos e os comerciantes. Não havia neles qualquer preocupação separatista, exigindo somente reformulações no sistema colonial. As Câmaras Municipais foram seus centros privilegiados de resistência política, e cabe notar a preocupação dos revoltosos em conseguir a legitimação para suas reivindicações na própria corte de Lisboa.

Os movimentos mais conseqüentes e mais organizados, como os pela independência, estiveram também marcados pela dificuldade de organizar movimentos mais abrangentes, uma vez que não se pode falar de uma nação brasileira nesse período, e também pela inseqüência dos grupos sociais que os dirigiam, intelectuais ligados às classes dominantes. Na Inconfidência Mineira, em que foi grande a influência da Independência dos Estados Unidos, a principal reivindicação era a de uma república ou monarquia constitucional. Exigia a livre produção, o livre comércio e o estabelecimento de manufaturas no País, chegando a propor a doação de terras aos pobres. No entanto, mantinham a escravidão, a qual condenavam moralmente, mas consideravam imprescindível para a economia do País.

A única exceção na história do Brasil, ou seja, o único movimento que colocou entre suas reivindicações o fim da escravidão foi a Inconfidência Baiana, também conhecida como a Revolta dos Alfaiates. Por sua composição de classe – que incorporava grupos subalternos de artesãos e ex-escravos –, exigia o fim da escravidão e dos preconceitos raciais, além de uma república democrática, mas não chegou a formular reivindicações sobre educação.

Numa sociedade com a maioria da população escrava, e cujos homens livres viviam quase todos à beira da miséria, dispersos pelo interior rural do País, seria impossível pensar em movimentos que defendessem interesses populares, uma vez que o povo era majoritariamente escravo, e aqueles que tinham condições de se manifestar politicamente eram membros das classes dominantes escravistas.

A Revolução de 1817, no Nordeste, foi um conflito de interesses entre senhores de escravos do Nordeste e do Sudeste. Como os portugueses dominavam o comércio no Nordeste, os senhores de engenho da região queriam acabar com esses intermediários. No conflito, apesar de as organizações culturais (e políticas)<sup>3</sup> terem tido papel de destaque, a educação não aparece como prioritária.

Com a Independência, a maioria das revoltas passou a reivindicar a autonomia provincial – contra o centralismo –, o federalismo ao invés do unitarismo. Essas foram, por exemplo, as principais reivindicações da Confederação do Equador, em 1824 – e outra vez a educação não teve qualquer destaque.

Os movimentos sociais que se sucederam durante as Regências<sup>4</sup> giraram em torno de problemas político-econômicos das classes dominantes, que souberam arregimentar o povo a seu favor. Por seu próprio caráter, tais revoltas não tinham objetivos sociais mais amplos. Por outro lado, as populações mais pobres que aderiram a elas misturaram suas próprias reivindicações com as das classes no poder, demonstrando, em suas formas de organização, a subordinação ideológica às classes dominantes. Penso, por exemplo, na Balaiada, quando Cosme Bento das Chagas, ex-escravo, intitulou-se tutor e imperador das Liberdades Bentevis; ou nos Doze Pares de França, corpo de elite de um dos monges João Maria, no Contestado.<sup>5</sup>

Tais movimentos (nativistas, pela independência, pelo federalismo) caracterizaram-se quase sempre (veremos as exceções no meio rural) por reivindicações específicas de grupos dominantes, com cuja educação vigente, jesuítica, elitista e metropolitana estava de acordo, dela usufruindo. Já as massas miseráveis que lhes seguiram tinham necessidades básicas a reivindicar; portanto, a educação sequer era cogitada, era um luxo muito distante.

A preocupação com a educação pressupõe um projeto mais amplo de sociedade, o que, evidentemente, não ocorria no Brasil da época. Mesmo a Revolta Praieira, em 1849, em Pernambuco, que foi a mais avançada do século XIX, com forte influência das revoltas operárias de 1848, na Europa, não demonstrou preocupação com a educação. No ambiente político-revolucionário da época, a educação não estava entre as principais questões a serem resolvidas. O “Manifesto da Praia” exigia:

Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembléia Constituinte. Esta Assembléia deve realizar os seguintes princípios:

- ◆ O voto livre e universal do povo brasileiro;
- ◆ A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa;
- ◆ O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro;
- ◆ O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros;
- ◆ A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos;
- ◆ A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar;

- ♦ O elemento federal na nova organização;
- ♦ Completa reforma do Poder Judicial, em ordem a assegurar a garantia dos direitos individuais dos cidadãos;
- ♦ Extinção da lei do juro convencional;
- ♦ Extinção do atual sistema de recrutamento.<sup>6</sup>

### **Movimentos no meio rural do final do século XIX à primeira metade do século XX**

Destaco separadamente os movimentos no meio rural que ocorreram como contestação à situação vigente, mas que não se constituíram como movimentos permanentes de organizações de trabalhadores no campo, sendo, principalmente, manifestações de protesto, da forma como poderiam ocorrer, quase todas dentro do que caracteriza os movimentos messiânicos.

Apesar das diferenças no campo brasileiro, do Nordeste para o Sul-Sudeste, por exemplo, há muitas semelhanças na situação das populações rurais. Acomodações e contradições na sociedade manifestaram-se no paternalismo das relações cotidianas e na violência dos momentos de tensão (crises econômicas e lutas sociais), mas um e outro, paternalismo e violência, estavam sempre presentes: paternalismo dos senhores, humildade dos mais pobres, violência de todos.

A passividade e a humildade que demonstravam moradores ou outros empregados a seus patrões, e a violência que sofriam deles e que exerciam contra os seus iguais, mostram a impotência das populações rurais diante da situação de dominação e miséria em que viviam. A total impossibilidade de sequer vislumbrar uma saída para melhorar tal situação acabou por juntar, depois da Abolição, trabalhadores livres e ex-escravos numa única perspectiva de libertação: a do fanatismo messiânico. Não era a promessa cristã do paraíso terrestre que buscavam, mas uma vida melhor aqui na terra: desespero e impotência manifestados numa religiosidade primitiva. Na realidade, era o único elemento a que podiam se apegar – e tinham que se apegar a alguma esperança, para continuar a sobreviver. Foram os reinos encantados, o sertão que iria virar mar, representações fantásticas a que esses homens rudes se apegaram com desespero, pelos quais deram

suas vidas, cometeram atos terríveis de sacrifícios humanos e também atos de nobreza e bravura.

Entre tais movimentos, os mais conhecidos foram o Império do Belo Monte (Canudos, 1873-1897); A Pedra do Reino, os Munkers (os Santarrões, 1872, no Rio Grande do Sul); A Guerra Santa (o Contestado, Santa Catarina, 1910-1914, numa região bastante rica de tradições de profetas e messias chamados monges, como os vários Joões-Maria), e a devoção ao Padre Cícero, em Juazeiro, Ceará, onde o padre se radicou em 1872 e cuja devoção mantém-se até os dias atuais.

Temos notícias de que em Canudos havia uma professora que ensinava as primeiras letras, sem maiores detalhes. Já os Munkers não permitiam sequer que seus filhos freqüentassem a escola.

Manifestação de outro tipo, mas com a mesma base social, foi o Cangaço. E não é difícil perceber a impossibilidade de qualquer preocupação com a educação, tanto nos movimentos messiânicos quanto no banditismo no campo.

### **Movimentos permanentes**

Considero aqui o movimento operário, movimentos organizados do campo e o movimento estudantil. Tais movimentos, pelas próprias características de permanência, e diferentemente dos outros aqui mencionados, tinham propostas de mudanças sociais – parciais ou radicais – e demonstraram suas preocupações com a educação. Quero notar aqui que trabalhei até a década de 1930, mas não creio que o panorama tenha mudado muito.<sup>7</sup>

### **Movimento operário**

Examinei as preocupações do movimento operário com a educação através dos programas de seus partidos, fossem socialistas, anarquistas ou comunistas.

Quanto aos **socialistas**, transcrevo as partes de seus programas que mencionam a educação:

Do Programa do Partido Operário no Brasil (1890):

3. Apresentar leis imprescindivelmente urgentes para melhorar a educação dos filhos dos operários.<sup>8</sup>

Do Programa de *O Proletário* (1892), escrito por Euclides da Cunha:

II – Escolas gratuitas, com o ensino leigo e obrigatório para todas as crianças, sem distinção de sexo, de cor e de nacionalidade, tendo as crianças pobres todo o necessário para freqüentar as escolas: roupa, comida, cuidados médicos, farmácias, etc., etc.<sup>9</sup>

Do Programa do Partido Operário Brasileiro (1893):

Art. 11 – Instrução primária, técnica e secular gratuitas e obrigatórias.<sup>10</sup>

Do Programa do Partido Operário Socialista (1895):

2. Instrução gratuita e obrigatória.<sup>11</sup>

Do Programa do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1895):

VI – Instrução geral e profissional gratuita, bem como todos os utensílios necessários ao estudo e, além disso, vestuário e alimentação a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres.<sup>12</sup>

Do Programa mínimo do Partido Socialista (1902):

9. Instrução gratuita e obrigatória para todos os menores de 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, nos casos em que seja necessário, a manutenção dos educandos.<sup>13</sup>

O Partido Socialista Radical do Maranhão foi o único a demonstrar preocupação em mudar o conteúdo do ensino, como segue abaixo.

Do Programa do Partido Socialista Radical do Maranhão (1932):

- ♦ Educação
- ♦ 1ª – Escola única
- ♦ 2ª – Plano de orientação educativa, dentro dos métodos pedagógicos modernos, divididos em três períodos educacionais:
  - pré-escolar;
  - escola ativa do trabalho;
  - ensino técnico profissional.

- ♦ 3ª – Instrução obrigatória e gratuita
- ♦ 4ª – Desanalfabetização dos adultos, aos quais serão dadas noções que os encaminhem ao exercício de alguma profissão.
- ♦ 5ª – Obrigatoriedade da cultura física em todos os períodos educacionais.<sup>14</sup>

Os **comunistas** não diferiram muito dos socialistas. Não é que não existissem preocupações com educação, mas a educação formal, tal como estamos considerando, estava em segundo plano. Num panfleto de 1928, aos 11 anos da Revolução Russa, dirigido aos “Jovens trabalhadores do Brasil”, colocam-se 11 pontos de reivindicações mínimas. O 5º diz: “organização de escolas nas fábricas, *com professores escolhidos pelos próprios trabalhadores*”.<sup>15</sup> O grifado, dos autores, parece indicar a grande inovação da proposta.

O III Congresso do PCB, 1928–1929, dedicou um pequeno parágrafo à educação, mas tratava-se da educação ideológica.

Os **anarquistas** serão tratados com destaque mais adiante.

### Movimento sindical

Procurei perceber a preocupação do movimento operário organizado sindicalmente por meio de documentos de seus congressos. Em se tratando do início do século XX, não é possível ignorar a posição marcadamente anarquista dos documentos analisados. Os congressos de 1906 e 1913 (primeiro e segundo congressos operários, respectivamente) dedicaram 90% de suas discussões às questões que mais preocupavam os anarquistas: a organização e o papel dos sindicatos para a classe operária, discussões que correspondiam às perspectivas do anarco-sindicalismo, que já predominavam desde o I Congresso Operário, em 1906.

O 11º tema proposto para discussão ao 2º Congresso Operário do Brasil, de 1913, foi sobre “Educação e instrução da classe operária”. A moção aprovada dizia:

Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas classes aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas para manterem o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade, para melhor explorarem-no e governarem-no [...]

considerando-se que este ensino baseia-se no sofisma e afirma-se no misticismo e na resignação,

O Congresso aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípio o método racional e científico, promova a criação e vulgarização das escolas racionalistas, ateneus, revistas, jornais, promovendo conferências e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos, etc.

Propomos que além das escolas racionalistas seja aconselhada a criação de cursos profissionais de educação técnica e artística.<sup>16</sup>

As propostas, como já foi dito, são tipicamente anarquistas.

### **Movimento estudantil**

A Reforma Universitária, bastante discutida pelas lideranças estudantis na primeira metade da década de 1960, reivindicava uma universidade ao alcance dos estudantes mais pobres, em especial filhos de operários e camponeses, pois, segundo estatísticas da época, apenas 1% dos jovens com idade para tal estavam nas universidades.<sup>17</sup> Outras reivindicações importantes da Reforma Universitária eram a maior participação dos alunos nos diversos órgãos colegiados das universidades (um terço) e a abolição da cátedra. É importante notar que o impulso para as exigências de democratização e melhoria do ensino veio de “fora” das universidades, veio pela ligação do movimento estudantil com os movimentos populares, como o movimento de alfabetização, inspirado em Paulo Freire, que tomou corpo no Nordeste e chegou ao Rio de Janeiro, com o movimento de alfabetização de adultos levado adiante pela UNE. Também o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE – estava profundamente ligado aos movimentos populares. A palavra de ordem era a de levar a cultura ao povo – educar e aprender com os movimentos populares. Por esse viés, em especial, o movimento estudantil foi violentamente combatido pela ditadura, que visava aos movimentos populares com os quais a UNE estava ligada. O golpe de 1964 acabou com tais movimentos, prendendo os que tomavam parte nele ou obrigando que se exilassem ou fossem para a clandestinidade.

## As Ligas Camponesas

As Ligas já são um movimento estruturado no campo, resultado das lutas pela organização dos trabalhadores rurais. Como movimento preocupado com as transformações sociais, e agindo conjuntamente com o movimento operário e estudantil, preocuparam-se bastante com a educação popular, o que se reflete em documentos do movimento, como por exemplo:

### Do Conselho Nacional das Ligas Camponesas no Brasil.

A terceira reforma a ser empreendida imediatamente é a Reforma Radical do Ensino. Quem deve ditar as normas para sua efetivação? Os estudantes, em primeiro lugar. E, em seguida, os professores. Deve consistir, no mínimo, no seguinte:

- ◆ Adoção do ensino gratuito para qualquer grau, ao alcance das massas urbanas e rurais, tendo em vista o princípio de que todos são iguais perante o direito à educação;
- ◆ participação dos estudantes de nível secundário, universitário e técnico-profissional nos conselhos escolares e universitários, sempre proporcional ao número de alunos em relação aos professores e funcionários, tomando-se por base o princípio da representação democrática;
- ◆ abolição definitiva da indústria do ensino em qualquer dos seus ramos, graus e especialidades;
- ◆ coexistência das diversas orientações religiosas e filosóficas do ensino, facultando-se aos pais a orientação que queiram dar aos filhos;
- ◆ criação de cursos de aperfeiçoamento profissional nos próprios locais de trabalho, obedecendo a horário flexível, com o objetivo de melhorar o nível técnico dos trabalhadores, tendo em vista o princípio universal de que o trabalho humano é o criador de riquezas;

- ◆ formação de maior número possível de técnicos de nível médio, indispensável ao desenvolvimento industrial do país;
- ◆ colaboração estreita e permanente entre o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Reforma Agrária, para que a educação e os diversos níveis de ensino sejam realmente acessíveis às populações rurais;
- ◆ aparelhamento de todas as escolas e faculdades de agronomia, veterinária, arquitetura, medicina, administração, educação e outras e criação de novas onde se fizer necessário, para levar o progresso científico e técnico a todos os recantos da Pátria, especialmente aos campos;
- ◆ elaboração de um programa intensivo de bolsas de estudo, tanto para professores como para os alunos, junto aos países mais adiantados e sem qualquer discriminação.<sup>18</sup>

### **Os anarquistas**

Os anarquistas merecem destaque por constituírem o movimento que dedicou mais atenção à educação.<sup>19</sup> A proposta revolucionária anarquista não passava pela atuação política (concebida como organização e ação partidária e eleitoral), e as “organizações” admitidas tinham que ser livres, libertárias, expressão de vontades individuais, sem qualquer hierarquia ou interferência de partidos políticos.

Nessa perspectiva, na qual a organização é desprezada e o individual é exaltado, a transformação do indivíduo, de sua personalidade, é fundamental, e por isso mesmo a educação foi colocada em primeiro plano. O anarquista italiano Errico Malatesta afirmava que o processo revolucionário dependia da ação conjunta de três forças: “Educação, propaganda e rebelião”, nessa ordem.

As bases das propostas anarquistas para a educação eram a crítica à educação religiosa e estatal, que separava o ensino profissional do “científico”, o que acabava por manter a distinção das classes, perpetuando

a subalternização dos trabalhadores. Foi sob a influência do educador Paul Robin e sua defesa de uma educação integral que Miguel Bakunin preconizou acabar com a divisão tradicional entre uma educação sofisticada, destinada aos burgueses, e outra simplificada, para os operários. Para os anarquistas, mudar a educação significava mudar a ordem social. Dizia Proudhon que um passo importante para a libertação do trabalhador seria o acesso a todos os níveis de ensino.

Os anarquistas apoiaram entusiasticamente – e trataram de colocar em prática – as mais avançadas idéias da época sobre educação, não só as do já mencionado Paul Robin – a educação integral – como as da educação racionalista de Francisco Ferrer y Guardia, criando centros de estudos, escolas “livres”, “racionais”, “modernas”, universidades livres ou populares.

Em 1882, foi elaborado um Programa Educacional pelo “Comitê para o ensino anarquista”, do qual faziam parte Piotr Kropotkin, Elisée Reclus, Louise Michel, Jean Grave, Carlo Malato e Paul Robin.<sup>20</sup>

O Programa exigia a eliminação de três pontos, considerados absolutamente nocivos à educação: a disciplina, os programas e as classificações. A disciplina isolava os alunos e os tornava mentirosos; os programas anulavam qualquer originalidade, acabando com a iniciativa e a responsabilidade das crianças, e as classificações geravam rivalidade, inveja e rancor.<sup>21</sup>

O ensino deveria ser integral, racional, misto e libertário. Integral por

[...] favorecer o desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo (nas dimensões física, intelectual e moral) e fornecer um conjunto completo, coerente, sintético e paralelamente progressivo em todos os domínios do conhecimento: intelectual, físico, manual e profissional, sendo as crianças exercitadas nesse sentido desde os primeiros anos.<sup>22</sup>

Racional por ser

[...] fundamentado na razão e conforme os princípios da ciência atual, e não na fé; no desenvolvimento da dignidade e da independência pessoal, e não na

piedade e na obediência; na abolição da ficção divina, causa eterna e absoluta da servidão.<sup>23</sup>

Misto, por

[...] favorecer a co-educação sexual numa comunhão constante, fraternal entre meninos e meninas, o que, ao invés de constituir um perigo, afasta do pensamento da criança as curiosidades malsãs e torna-se uma ocasião para sábias condições que preservam e asseguram uma alta moralidade.<sup>24</sup>

Libertário por poder

[...] consagrar, em proveito da liberdade, o sacrifício progressivo da autoridade, uma vez que o objetivo final da educação é formar homens livres, que respeitem e amem a liberdade alheia.<sup>25</sup>

No congresso de Bruxelas, em 1868, Paul Robin já havia apresentado um “Programa de Ensino Integral”, que foi aprovado por Marx.

Os princípios educacionais de Francisco Ferrer y Guardia foram o grande modelo para os anarquistas. Ferrer nada tinha de anarquista, mas era um ardente republicano e radicalmente anticlerical, anticlericalismo que lhe custou a vida.

Os princípios da *educação racionalista* de Ferrer estão no livro *La escuela moderna*. Para ele, a educação católica significava “[...] uma pedagogia medieval, subjetiva e dogmática”<sup>26</sup> com péssimas conseqüências:

A criança, antes de ingressar na escola, forma-se com os erros tradicionais perpetuados pela ignorância das mães; depois, na escola, aprende a partir de dogmas impostos pela mentira sacramental e por uma suposta revelação divina. De homens e mulheres assim deformados e degenerados não se pode esperar, por uma lógica relação entre causa e efeito, senão a repetição de comportamentos e atitudes irracionais e perniciosos.<sup>27</sup>

A concepção de ensino racionalista de Ferrer considerava que “[...] a idéia de ensino não deveria ser acompanhada de nenhuma qualificação;

responde unicamente à necessidade e ao dever que sente a geração atual de preparar a nova geração, entregando-lhe o patrimônio de sabedoria humana.”<sup>28</sup> O ensino deveria ser perfeitamente racional e científico. Não deveria “[...] abusar da credulidade das crianças ensinando lendas e mitos, perpetuando a crença num ser sobrenatural criador do mundo, a quem se pode recorrer com súplicas e preces para alcançar toda sorte de favores”<sup>29</sup> Não deveria inculcar, também, a obediência num Estado pretensamente provedor de bem-estar. Ao contrário, deveria “[...] revelar as vantagens do conhecimento científico para a elevação da qualidade de vida da sociedade; deverá mostrar que os homens podem esperar tudo de sua própria razão e da solidariedade livremente organizada e aceita.”<sup>30</sup>

Ferrer defendia a igualdade da mulher, e por isso mesmo seu livro se inicia com o capítulo sobre “A co-educação de ambos os sexos”. Para libertar a mulher e criar uma sociedade nova e solidária, a co-educação sexual era da maior importância, sendo

Não só uma circunstância indispensável para a realização do ideal que considero o resultado do ensino racionalista, mas o ideal mesmo, começando sua vida na Escola Moderna, desenvolvendo-se progressivamente e sem qualquer exclusão inspirando a certeza de chegar ao objetivo prefixado.<sup>31</sup>

Ambos os sexos teriam a mesma educação, permitindo que “[...] a humanidade feminina e masculina se entrelaçassem desde a infância, chegando a ser a mulher não apenas verbalmente, mas na realidade, verdadeiramente a companheira do homem.”<sup>32</sup>

Crianças de diferentes classes sociais também deveriam estar reunidas na mesma sala, não só de diferentes sexos. Dever-se ia pôr em prática a co-educação social, pré-requisito da educação racional. Uma escola só para pobres ensinaria credulidade e submissão ou o ódio aos que subjugam e exploram. Uma escola só para ricos ensinaria a conservação dos privilégios e o aproveitamento das suas vantagens.

A Escola Moderna deixava de lado exames, concursos e classificações. Seu lema era “nem prêmio nem castigo”, pois não valorizava hierarquias nem estimulava rivalidades.

Os anarquistas fundaram escolas, ateneus e centros de cultura social em várias localidades do Brasil, dando conferências, difundindo livros, revistas e publicando numerosos jornais.

## **Conclusão**

Com exceção dos poucos anos do início da década de 1960, os anarquistas e, atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram os únicos movimentos a valorizar a educação, tanto no sentido de mudar radicalmente seu conteúdo como no de levar à prática suas propostas. Por quê? Que semelhanças podemos achar entre os dois movimentos?

Apesar de os anarquistas não serem no Brasil um movimento rural, esta foi a sua origem na Europa: na Itália, na Rússia, nas comunidades espanholas de Andaluzia (Sevilha, Granada e Cádiz) e do Levante (Cartagena), por exemplo. O anarquismo andaluz teve grande influência do milenarismo (“virá uma nova era de abundância, com o confisco das terras”)<sup>33</sup> e é um exemplo da estreita vinculação dos ácratas com as tradições rurais. Havia uma forte ligação ideológica dos anarquistas com as comunas rurais de produtores independentes, base das tradições de lutas camponesas. É interessante notar que também o MST preservou as tradições e as bandeiras do Contestado, pelo menos no início do movimento.

As tradições comunitárias rurais embasaram os sonhos de liberdade que desembocaram em lutas reais, no México, por exemplo, tanto à época da Revolução Mexicana quanto do Movimento Zapatista atual. Também na Rússia, a comunidade rural (“obchina”) foi base de lutas camponesas e propostas revolucionárias. Entre as classes subalternas, no Brasil, setores de trabalhadores rurais, em suas mais diferentes formas de atividade (lavradores, pequenos proprietários, moradores, etc.), foram praticamente os únicos livres da escravidão, o que poderia embalar algum sonho de volta a um passado que fora melhor. Mas sua dispersão e miséria, e a falta do que se poderia chamar de comunidades rurais realmente livres em alguma época dificultaram sobremaneira suas lutas, transformando-as em sonhos messiânicos, milenaristas, em banditismo ou em pura acomodação.

No caso dos anarquistas, que não tinham uma visão de permanência através da organização política, e que se mantinham ativos e unidos pela

propaganda ideológica (jornais, revistas, teatros, escolas), foi evidente a recorrência a uma sociedade rural comunitária, a nostalgia de um passado idílico. Não por acaso, as possibilidades que os anarquistas tiveram de estabelecer comunidades no Brasil se concretizaram através da organização de colônias rurais, como a Colônia Cecília, a comunidade de Guararema ou a comunidade livre de Erebangó. Os anarquistas predicavam uma sociedade profundamente embasada na liberdade individual, e para que esta fosse uma verdadeira liberdade, teria que, antes de mais nada, transformar o indivíduo moralmente. A educação representava, então, um papel fundamental. A nova sociedade, sem governo e sem leis, precisaria de um novo homem, com altíssimo nível de consciência que, para eles, só a educação poderia proporcionar. Daí o papel de destaque que deram a ela.

Penso que a questão principal, para cuja resolução nos empenhamos, é discutirmos, à luz das várias experiências, o que podemos fazer, na área da educação, para contribuirmos com o surgimento de uma sociedade mais justa.

Não faz sentido discutir aqui se a educação é a atuação política privilegiada para isso, pois todos concordamos que a educação não vai, por si só, transformar o mundo; mas também sabemos que não é preciso esperar pelo advento desse novo mundo para travar uma luta em prol de mudanças no conteúdo e nas formas da educação. O MST está aí para mostrar as possibilidades e os êxitos dessa atuação.

Penso que as grandes mudanças ou a luta por elas com a implantação de pequenas brechas no ensino oficial ou pela criação de alternativas a ele não virá principalmente da universidade, mas dos movimentos sociais organizados, o que não exclui a participação de professores e alunos das universidades. Por isso, a colaboração com os movimentos sociais que tentam existir e se fortalecer no País será a maior contribuição que podemos dar como universidade às lutas pela transformação social.

Se levarmos em conta que as questões consideradas prioritárias pelos movimentos sociais ao longo dos últimos 200 anos de nossa história não foram resolvidas – e que continuam prioritárias –, podemos concluir que os programas de educação dos movimentos sociais, para terem êxito, *têm que* estar ligados, estreitamente, às questões sociais, políticas e ideológicas.

## Notas

1. CARDOSO, Ciro Flamarión S. e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 383.
2. Refiro-me às Revoltas de Beckman (Grão-Pará, 1684–1685); dos Emboabas (Minas Gerais, 1797–1709); dos Mascates (Pernambuco, 1710–1711) e a de Felipe dos Santos (Vila Rica, 1720).
3. Tais como o Seminário de Olinda, o Aerópago de Itambé, as Academias Suaçuna e Paraíso, e as Lojas Maçônicas Patriotismo, Restauração, Pernambuco no Oriente e Pernambuco no Ocidente.
4. Como a Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835–1845, em defesa da economia local e do federalismo); Cabanagem (Grão-Pará, 1835–1840, opôs o Grão-Pará à Comarca do Rio Negro); Balaiada (Maranhão, 1838–1841, com a revolta do chamado Partido Bentevi contra o governo local); Sabinada (Bahia, 1837–38, pela autonomia provincial, contra o centralismo), entre outras.
5. Impressionados com os “Doze Pares de França”, da história do imperador Carlos Magno, a palavra “pares” foi tomada como número par, e a guarda de elite constituiu-se com 24 pessoas.
6. “Manifesto ao Mundo”, 1º de janeiro de 1849. Apud QUINTAS, Amaro, *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 27, nota 7.
7. Não trato dos “novos movimentos sociais”, por serem movimentos bastante restritos – ligados a gênero, etnias, minorias, ecologia –, sem amplitude maior do que o objetivo que perseguem, o que exclui uma visão geral de sociedade que englobe a educação.
8. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 238.
9. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 81.
10. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 242.

11. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 244.
12. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 245.
13. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 249.
14. MORAES FILHO, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, Câmara dos Deputados e Ed. da UB, 1981, p. 270.
15. "Jovens trabalhadores do Brasil". Panfleto do Partido Comunista do Brasil, de 1928. Arquivo pessoal da autora.
16. "Temas para a discussão" ao 2º Congresso Operário do Brasileiro, 1913. Arquivo pessoal da autora (publicado em vários jornais anarquistas da época).
17. Nesse sentido, o Centro Popular de Cultura da UNE fez uma música, "O auto dos 99%", que dizia: "Colegas, estudar é um privilégio, dos que foram pro colégio às custas de papai e mamãe. Colegas, nenhum de nós operário, nenhum de nós camponês! Mas colegas, nós vivemos do salário, do filho do operário, do filho do camponês... Colegas (universidade)... cabide de emprego, lugar de sossego...".
18. JULIÃO, Francisco. "Teses para um debate"- Reforma Radical do Ensino. Apud. BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 126-127.
19. É curioso que o livro sobre a Colônia Cecília não mencione escolas e um projeto de educação. A Colônia, uma experiência anarquista, foi fundada por Giovanni Rossi, engenheiro e anarquista italiano, que recebeu uma doação de terras de D. Pedro II. Quando os colonos anarquistas aqui se instalaram, a República já havia sido proclamada, e o fato, entre outros, contribuiu para o fracasso da experiência. Ver, sobre o assunto, Souza (1970).
20. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.52.
21. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.53.

22. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.53.
23. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.53.
24. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.54.
25. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.54.
26. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.59.
27. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.59.
28. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.60.
29. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.60.
30. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.61.
31. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.61.
32. LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.p.62.
33. WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Vol. II, O movimento. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre, L&PM, 2006, p.118.

### **Referências**

- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarión S.; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os métodos da História*. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- JULIÃO, Francisco. Teses para um debate: reforma radical do ensino. In: BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LUIZETO, Flávio. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MORAES FILHO, Evaristo. *O socialismo brasileiro*. Brasília: UNB, 1981.
- SOUZA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas: O movimento*. Porto Alegre: L&PM, 2006. v. 2.

**Marly de Almeida Gomes Vianna**

Endereço: Rua Fadel Fadel, 54, ap. 303, Leblon  
CEP 22430-170, Rio de Janeiro, RJ  
E-mail :magvianna@uol.com.br

**Recebido em: 3/4/2008**  
**Aprovado em: 16/6/2008**